Brazcem Participações S.A.

CNPJ nº 25.384.833/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	241.171	28.106	Fornecedores	12.456	7.168
Impostos a recuperar	175	–	Obrigações tributárias	741	688
Total do ativo circulante	241.346	28.106	**Total do passivo circulante**	13.197	7.856
Não circulante			**Patrimônio líquido (Nota 7)**		
Investimentos (Nota 5)	576.706.354	554.663.000	Capital social	529.387.204	528.957.203
Intangível	72.600	96.800	Reserva Legal	1.089.853	–
Total do ativo não circulante	576.778.954	554.759.800	Resultados acumulados	46.530.046	25.822.847
Total do ativo	**577.020.300**	**554.787.906**	**Total do patrimônio líquido**	577.007.103	554.780.050
			Totais do passivo e do patrimônio líquido	**577.020.300**	**554.787.906**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Res. de Lucros	Reserva legal	Result. acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023	**528.957.203**	**–**	**–**	**(22.568.821)**	**506.388.382**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	48.391.668	48.391.668
Saldos em 31/12/2024	**528.957.203**	**–**	**–**	**25.822.847**	**554.780.050**
Aumento de capital	430.001	–	–	–	430.001
Reserva de Lucros a Realizar (Nota 7)	–	20.707.200	–	(20.707.200)	–
Reserva legal	–	–	1.089.853	(1.089.853)	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	21.797.052	21.797.052
Saldos em 31/12/2025	**529.387.204**	**20.707.200**	**1.089.853**	**25.822.847**	**577.007.103**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2025	2024
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 8)	(245.416)	(229.677)
Equivalência patrimonial (Nota 5)	22.043.354	48.621.609
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e do IRPJ e da CSLL	**21.797.938**	**48.391.932**
Receitas financeiras	854	40
Despesas financeiras (Nota 9)	(1.740)	(304)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**21.797.052**	**48.391.668**
Resultado do exercício	**21.797.052**	**48.391.668**
Resultado do exercício por valor de ações	**6.644.114**	**14.750.069**
Resultado do exercício por quantidade de ações	**0,13508**	**0,30014**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Resultado do exercício	**21.797.052**	**48.391.668**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**21.797.052**	**48.391.668**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**21.797.052**	**48.391.668**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Amortização	24.200	24.200
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 5)	(22.043.354)	(48.621.609)
Variações nos ativos e nos passivos:		
(Aumento) redução de impostos a recuperar	(175)	89
(Aumento) redução de adiantamento a fornecedores	–	20.248
Aumento (redução) de fornecedores	5.288	4.608
Aumento (redução) de obrigações tributárias	53	28
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(216.936)**	**(180.768)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital (Nota 7)	430.001	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**430.001**	**–**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**213.065**	**(180.768)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.106	208.874
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	241.171	28.106
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**213.065**	**(180.768)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A Brazcem Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo atuar como Holdings de Instituições não Financeiras, com sede na cidade de São Paulo – SP. Fundada em 31/08/2016, a Companhia é uma holding de participações sediada no Brasil, que possui 99% de suas ações detidas pela Iapetos Limited, uma subsidiaria integral da Titan S.A. e 1% das ações detida pela Feronia Holdings Limited. O controlador final Titan S.A. é um sólido Grupo multinacional listado na Euronext bolsa de valores de Bruxelas, assim como na bolsa de valores de Athenas, com operações na Europa, Estados Unidos, Oriente médio e que em setembro de 2016 iniciou suas operações na América do Sul. Atualmente, a Companhia possui participação na controlada em conjunto na Companhia Industrial de Cimento Apodi ("Controlada em conjunto"). **1.1 Controlada em Conjunto – Companhia Industrial de Cimento Apodi:** A Companhia Industrial de Cimento Apodi, é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Fortaleza, Ceará. A Sociedade atua principalmente na produção e comercialização de cimento, importação e exportação de bens de capital e matéria-prima e prestação de serviços relacionados com transporte, mistura e aplicação de materiais de construção. A controlada em conjunto iniciou suas operações integralmente em 2015 e desde então, vem alcançando os resultados esperados pela Administração, considerados bastante satisfatórios, apesar de ter prejuízos acumulados, vem apresentando lucro nos últimos anos. Por conta da apreensão acerca das consequências da pandemia, a controlada em conjunto prezou por proteger suas operações aumentando a liquidez de seu caixa, mas sem perder de vista o plano de alongamento do perfil de sua dívida. Em 2025, a controlada em conjunto apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31/12/2025 no montante de R$ 100.011 na Controladora e R$ 109.354 no Consolidado (2024 - R$ 183,257 e R$197.219, respectivamente), uma redução de passivos de 45%, no montante de R$ 87.865 no consolidado, em relação ao exercício anterior, ocasionado pela melhoria da eficiência operacional refletindo em uma maior geração de caixa e principalmente com as ações de reperfilamento do endividamento com a substituição de R$ 86 milhões de contratos de curto prazo e custo maior com o novo contrato junto ao Banco do Nordeste de custo menor e prazo total de 11 anos, na qual ainda restam R$ 92 milhões em desembolsos para os próximos meses. **1.2 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16/01/2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Dessa forma, a Administração concluiu que não havia, em 31/12/2025, efeitos contábeis materiais a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. Os impactos futuros continuarão sendo avaliados à medida que a regulamentação complementar, os atos infralegais e a implementação operacional do novo modelo avancem, conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da Companhia. **1.3 Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois' da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras modelo do Pilar Dois, aplicáveis aos grupos de empresas multinacionais com receitas anuais iguais ou superior a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro exercícios fiscais anteriores. Em um contexto maior de uma reforma de tributação corporativa internacional, as regras de Pilar Dois permitem a cobrança de tributos complementares (top-up taxes) de grupos econômicos multinacionais que estejam dentro do escopo dessas regras e não alcancem uma alíquota efetiva mínima de 15% por jurisdição em que têm presença. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. As regras de Pilar Dois devem ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que diversas jurisdições já promulgaram nova leis ou estão em processo de discussão e aprovação. No Brasil, foi publicada a Lei n° 15.079/2024 em dezembro de 2024, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2025, instituindo o Adicional da CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributárias (Regra GloBE). O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação efetiva, no país, de no mínimo 15% sobre os lucros gerados por empresas brasileiras que façam parte de grupos econômicos multinacionais. Em maio de 2023, foram realizadas alterações do IAS 12 - Income Taxes (CPC 32), em conexão com a implementação das regras modelo do Pilar Dois da OCDE. Assim, o IAS 12 estabeleceu uma isenção temporária e mandatória, sobre o reconhecimento de impostos diferido sobre o lucro, decorrentes de alterações de legislações tributárias para implementação do Pilar Dois. A Companhia avaliou os impactos da legislação relacionada ao Pila 2 (Global Anti-Base Erosin - GloBE), emitida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base em sua estrutura societária, no perfil de suas operações e na substância econômica das atividades desenvolvidas. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que, para o exercício findo em 31dezembro de 2025, não foram identificados efeitos materiais a serem reconhecidos em sua demonstração financeiras decorrente da aplicação dessa regra. Adicionalmente, a Companhia atende aos critérios para aplicação do Teste CbCR Safe Harbor (Country-by-Country Reporting Safe Harbor), conforme previsto nas diretrizes do Pilar 2 da OCDE, o que reforça a conclusão de ausência a tributação adicional no período. **1.4 Nova lei de taxação sobre dividendos:** A Lei nº 15.270/2025 introduziu alterações na tributação dos dividendos distribuídos a partir de 01/01/2026. A Administração avaliou os potenciais efeitos da nova legislação e concluiu que não há impactos sobre a obrigação da Companhia de apurar e distribuir o dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação societária e em seu Estatuto Social. Os efeitos da referida legislação recaem, substancialmente, sobre a tributação incidente aos beneficiários dos dividendos, não alterando os critérios de reconhecimento, mensuração ou apresentação das distribuições de resultados nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração continuará monitorando a regulamentação e eventuais interpretações complementares que possam afetar a aplicação da nova norma. Em linhas gerais, os lucros distribuídos às pessoas físicas passam a estar sujeitos à retenção de IRPJ à alíquota de 10% quando ultrapassarem R$ 50 mil mensais por fonte pagadora. A medida busca ampliar a tributação das altas rendas, preservando regras de transição para lucros gerados até 2025 que atendam aos requisitos legais de isenção. A diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30/07/2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em Reais, exceto quando indicado em outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incerteza sobre premissas, estimativas e julgamentos críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: **Nota 3.2 -** teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do ágio e do investimento. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. São substancialmente instrumentos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, ou seja são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. **3.2 Investimento em controlada em conjunto:** A Companhia possui participação na Companhia Industrial de Cimento Apodi, o que lhe confere 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*. Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. **Análise de recuperabilidade do ágio (*impairment*)** : Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* O teste de impairment do ágio é realizado, no mínimo, anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda, e com maior frequência caso eventos ou alterações nas circunstâncias indiquem uma possível redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido **3.3 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.4 Despesas Gerais e Administrativas:** São contabilizadas pelo regime de competência e referem-se a gastos gerais e administrativos para custear a operação da Companhia. **3.5 Despesas financeiras:** As despesas financeiras são compostas por despesas com juros, descontos concedidos, multas, variação cambial e despesas bancárias. São reconhecidas nos resultados de acordo com o princípio contábil da competência entre os exercícios. **3.6 IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL são reconhecidos pelo regime de competência. Para a apuração do lucro tributável, adiciona-se ao lucro contábil as despesas não dedutíveis e exclui-se as receitas não tributáveis. O IRPJ e a CSLL do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. Até 31/12/2025, a Companhia possuía apenas diferenças permanentes, não havendo base para reconhecimento de impostos diferidos. **3.7 Normas novas que ainda não estão em vigor:** Não há normas ou interpretações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2025 que tiveram impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia. O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, equivalente à IFRS 18, que substituirá o CPC 26 (R1)/IAS 1. A norma introduz novos requisitos de apresentação da demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho da Administração e critérios de agregação e desagregação de informações. O CPC 51/IFRS 18 entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção nas Demonstrações Financeiras. **4. Caixa e equivalente de caixa:**

	2025	2024
Banco conta movimento (i)	241.171	28.106
Total	241.171	28.106

(i) Caixa e equivalente de caixa teve um aumento expressivo devido ao aumento de Capital integralizado em fevereiro de 2025.

5. Investimentos:

	2025	2024
Investimento	284.869.742	262.826.388
Ágio (i)	291.836.612	291.836.612
	576.706.354	554.663.000

(i) Em setembro de 2016, a Companhia adquiriu 50% das ações da Companhia Industrial de Cimento Apodi, pelo valor de R$ 369.811.612. O valor justo da participação adquirida em 2016 era de R$ 77.975.000, tendo sido apurado um ágio na transação de R$ 291.836.612. O ágio é fundamento pela expectativa de rentabilidade futura, sendo classificado como um ativo de vida útil indefinida, submetido anualmente à análise de recuperabilidade. ***(a) Movimentação dos investimentos:*** A Companhia possui investimento em controlada em conjunto, cujas movimentações estão descritas a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial 1° de janeiro	554.663.000	506.041.392
Equivalência patrimonial	22.043.354	48.621.608
Saldo final	576.706.354	554.663.000

(b) Informações da controlada em conjunto: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada em conjunto (Expresso em milhares de reais)*:*

Exercício	Ativo	Passivo	Lucro do exercício	Patrimônio líquido
Em 31/12/2025	1.405.491	835.752	44.087	569.739
Em 31/12/2024	1.428.984	903.330	97.245	525.653

(In thousands of reais)	Parent Company 2025	Parent Company 2024	Consolidated (Resubmitted) 2025	Consolidated (Resubmitted) 2024
Current assets	313,017	333,009	315,001	328,704
cash and cash equivalents included	78,036	208,084	78,690	21,272
Non–current assets	1,024,348	1,033,888	1,037,305	1,048,394
Total Assets	1,337,365	1,366,897	1,352,306	1,377,098
Current liabilities	413,030	516,265	424,356	525,923
Suppliers and risk drawn	143,076	194,141	149,226	199,104
Loans and financing	182,520	231,054	182,520	231,054
Taxes and contributions to be collected	16,830	11,083	18,121	11,980
Employee benefits	19,599	13,766	19,906	14,067
Lease Liabilities	37,393	60,708	40,507	64,009
Advance of Customers	5,679	5,513	6,143	5,709
Derivative transactions	7,933	–	7,933	–
Non–current liabililties	354,599	324,982	358,212	326,118
Loans and financing	246,400	215,721	246,400	215,721
Taxes and contributions to be collected	4,438	3,062	4,439	3,062
Provision for contingencies	346	346	346	346
Environmental Liabilities	2,225	2,225	2,225	2,225
Provision for investment loss	6,166	10,388	–	–
Lease Liabilities	94,923	93,139	104,802	104,168
Other	101	101	–	596
Total Liabilities	767,629	841,247	782,568	852,041
Equity	569,736	525,650	569,736	525,054
Non–controlling interest	–	–	2	3
Total Equity	569,736	525,650	569,738	525,057
Total Liability and equity	1,337,365	1,366,897	1,352,306	1,377,098
	–	–	–	–

(In thousands of reais)	Parent Company 2025	Parent Company 2024	Consolidated 2025	Consolidated 2024
Net operating income	663,476	649,348	695,614	670,465
Gross Profit	285,955	281,601	315,442	294,321
Operating Profit	105,986	84,364	106,871	84,517
Financial Result, net	(56,991)	(62,206)	(56,937)	(2,340)
Net income for the year	44,086	97,241	44,088	97,245
Total comprehensive results	44,086	97,241	44,088	97,245
Additional information:				
Financial expenditure	(68,673)	(69,839)	(69,685)	(71,026)
Financial income	11,682	7,633	12,749	8,687
Income tax and social contribution deferred	(1,973)	(223)	(2,912)	(239)
Income tax and social contribution	(2,936)	(75,306)	(2,936)	75,306

(c) Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): **Teste de impairment do investimento em empreendimento conjunto:** O valor recuperável do investimento direto na Companhia Industrial de Cimento Apodi (Apodi) e suas subsidiárias, que constituem uma única CGU, foi determinado com base em cálculos do valor de uso. Estes cálculos utilizam projeções de fluxos de caixa antes de impostos que abrangem um período de dez anos. Os fluxos de caixa para além do período de dez anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas abaixo indicadas. Os principais pressupostos utilizados nos cálculos do valor de uso são os seguintes: **Apodi:**

	2025 %	2024 %
Revenue Growth		
Range	1,5 – 13,3	–7,8 – 13,7
Average	5,6	5,2
Gross margin (% of revenue)		
Range	42,6 – 49,2	35,3 – 46,6
Terminal value	48,3	45,3
EBITDA margin		
Range	33,5 – 42,4	25,4 – 39,8

	2025 %	2024 %
Terminal value	41,3	38,2
Perpetual growth rate	4,0	4,0
Pre–tax discount rate	17,1	15,6

Com base na análise efetuada, não foram identificados indicadores de impairment para o investimento e ágio na Apodi no exercício findo em 31/12/2025. **6. Contingências:** Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia. Em 31/12/2025, a Companhia não possui, qualquer ação judicial em que esteja configurada como parte reclamada. A controlada em conjunto é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. **7. Patrimônio líquido: (a) Capital Social**: Em 31/12/2025, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 529.387.204 (2024 – R$ 528.957.203). Esse capital era composto por 161.366.257 (2024 - 161.229.314) de ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	31/12/2025 Ações	31/12/2025 %	31/12/2024 Ações	31/12/2024 %
Iapetos Limited	161.366.256	99,99	161.229.313	99,99
Feronia Holdings Limited (*)	1	0,01	1	0,01

(b) Aumento e redução de Capital: A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. A Assembleia Geral Extraordinária de 24/01/2025, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 430.001 totalmente integralizados durante o exercício. **(c) Destinação dos lucros:** De acordo com o estatuto social, os lucros serão calculados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) serão descontados para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado após as deduções e acréscimos estabelecidos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e o saldo remanescente, se houver, terá sua destinação determinada pela Assembleia Geral, com base em proposta da administração e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

8. Despesas gerais e administrativas, líquidas

	2025	2024
Serviços de terceiros	220.939	200.651
Amortização	24.200	24.200
Legais e judiciais	–	4.824
Tributos e Contribuições	277	2
Total	**245.416**	**229.677**

9. Despesa financeira:

	2025	2024
Impostos sobre operações financeiras – IOF (i)	1.634	–
Despesas bancárias	–	4
Multas	106	300
Total	1.740	304

(i) Em janeiro de 2025, a Companhia efetuou operações de Câmbio referente ao aumento de Capital. Dessa forma, houve a incidência de IOF sobre as operações em questão.

10. Prejuízo fiscal - IRPJ e CSLL:

	2025	2024
Lucro líquido antes do IR e CS	21.797.051	48.391.668
(–) Exclusões / (+) Adições permanentes – Equivalência patrimonial	(22.043.342)	(48.621.609)
(=) Prejuízo fiscal	**(246.291)**	**(30.941)**

11. Evento subsequente: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/03/2026, foi realizado eleição formal para Conselho de Administração, onde foram eleitos novos diretores.

Diretoria

Aristeidis Athanasios Tsikouras - *Diretor*

Christos Panagopoulos - *Diretor Presidente*

Loukas Petkidis - *Diretor*

Locatelli Consulting Solutions Ltda. - *CRC 2SP 026948/O-9*

Thiago Alves da Silva - *Contador - CRC 1SP 291335/O-9*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Brazcem Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brazcem S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Brazcem Participações S.A. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Brazcem Participações S.A. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30/07/2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2CE003292/F-9

Patricia Seoane Azevedo **Contadora** CRC 1BA040103/O-0